

OPINIÃO SOCIALISTA



**NENHUMA VOZ PELA PALESTINA SERÁ SILENCIADA!
NÃO AO PL DA TABATA AMARAL!**



LIBERDADE PARA THIAGO E SAIF



CONTRA A CONDENAÇÃO DE ZÉ MARIA

JUSTIÇA CONDENA ZÉ MARIA A 2 ANOS
DE PRISÃO POR FALAR CONTRA O ESTADO
DE ISRAEL E O GENOCÍDIO EM GAZA

PALESTINA LIVRE DO RIO AO MAR

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

Pág. 4 a 5

NOTAS

O Opinião Socialista está de casa nova, e você é convidado especial

Pág. 6 a 10

EDITORIAL

AS DERROTAS DO GOVERNO
MOSTRAM OS LIMITES DA
CONCILIAÇÃO

Pág. 11 a 27

CENTRAIS

ESTADO DE ISRAEL SEQUESTRA
ATIVISTAS DA FLOTILHA E EXPÕE
A CUMPLICIDADE INTERNACIONAL
...

NÃO À CONDENAÇÃO DE
ZÉ MARIA!

Pág. 28 a 35

NACIONAL

LUTA CONTRA A ESCALA 6X1
OBRIGA GOVERNO A PROPOR
REDUÇÃO DA JORNADA

Pág. 36 a 44

NACIONAL

TERRAS RARAS: GOVERNO
LULA, CONGRESSO NACIONAL
E EXTREMA DIREITA ENTREGAM
O FUTURO DO PAÍS A TRUMP

Pág. 45 a 49

JUVENTUDE

USP: DEFENDER A EDUCAÇÃO
PÚBLICA E DERROTAR O
PROJETO CAPITALISTA DE
TARCÍSIO E LULA

Pág. 50 a 54

CLASSE TRABALHADORA

1.400 ATIVISTAS REAFIRMAM
INDEPENDÊNCIA E CARÁTER
COMBATIVO

Pág. 55 a 59

MURAL

QUANDO A CHUVA REVELA A
DESIGUALDADE SOCIAL E
ESCANCARA O ABANDONO
HISTÓRICO
...

RAIMUNDO PEREIRA (1940-2026):
UMA HOMENAGEM À REFERÊNCIA
DA IMPRENSA ALTERNATIVA NA
LUTA CONTRA A DITADURA

Pág. 60 a 64

SOCIALISMO

UMA DATA PARA CELEBRAR:
208 ANOS DO NASCIMENTO
DE KARL MARX

Pág. 65 a 69

NACIONAL

PRÉ-CAMPANHA DE HERTZ
DIAS GANHA FORÇA E
PERCORRE O PAÍS

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ: 06.021.557/0001-95 /Atividade Principal 47.61-0-01

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb 14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

📷 @opiniaosocialista

📞 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ opinião@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo (SP) CEP: 01313-000

PORTAL

O Opinião Socialista está de casa nova, e você é convidado especial

O Portal do Opinião Socialista está passando por um processo de reformulação. O que está vindo aí é um site mais ágil, moderno e conectado às redes sociais. Nosso portal diário estará ainda melhor para acompanhar os principais fatos da luta de classes, e com um time de colunistas a postos para trazer análises aprofundadas sobre os mais diversos assuntos.

Uma melhor e mais simplificada organização das editorias agiliza a encontrar a matéria que você está buscando. E, mais ainda, agora você pode comentar os textos ou enviar mensagens diretamente à redação. Vale crítica, elogio, sugestão de pauta etc.

Desde 2023 o Opinião Socialista ganhou vida própria na internet, contando, além do jornal impresso, com uma versão digital. No novo site, você vai poder baixar as edições do jornal em PDF.

Este é mais um passo para avançarmos na disputa política, ideológica e programática nas redes. Um novo lar que você pode entrar e se sentir em casa.

MAS PRECISAMOS DA SUA AJUDA!

Como você já sabe, o Opinião Socialista é uma imprensa revolucionária e socialista, totalmente independente. E vamos manter essa independência, com ajuda e suporte dos

trabalhadores e ativistas. Manter um servidor e um portal deste porte no sistema capitalista infelizmente não é barato. E para nos ajudar a manter e fazer este trabalho avançar, criamos um sistema de assinaturas.

Calma! Você vai continuar tendo acesso livre a todos os conteúdos. Contribuindo, poderá, além de sustentar este projeto, contar com presentes especiais! ■

Acesse: opiniaosocialista.com.br

CONHEÇA O NOVO SITE DO OPINIÃO SOCIALISTA



Clique no QR Code e contribua através do **PIX!**

Abra o aplicativo do seu banco e aponte a câmera de seu celular



As derrotas do governo mostram os limites da conciliação



Presidente Lula e Davi Alcolumbre. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O governo sofreu derrotas importantes no Congresso Nacional, evidenciando que sua política de concessão e aliança com o centrão é um verdadeiro desastre. No Senado, a rejeição de Jorge Messias numa indicação ao Supremo Tribunal Federal (STF) foi algo que não havia acontecido nos últimos 184 anos e escancarou isso.

Por trás dessa derrota, está o papel decisivo do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que queria impor um nome de sua confiança, como o de Rodrigo Pacheco, para a vaga no STF, mas, mais do que isso, queria enterrar o inquérito do caso Master. Alcolumbre ainda tem interesse em se manter na presidência do Senado num eventual governo Flávio Bolsonaro, e a este interessa manter a vaga do STF aberta para que ele mesmo possa indicar um novo ministro. Entraria nesse grande acordo até

Alexandre de Moraes que, embora ameaçado por uma revanche de um novo governo bolsonarista, tem problemas mais urgentes para lidar, como a iminente delação de Vorcaro.

O escândalo do banco Master, assim, fecha este ciclo de corrupção, que contou até com uma suposta traição de Jaques Wagner, do PT da Bahia, outro enrolado nas artimanhas do banqueiro preso.

ABAIXO O PL DA ANISTIA PARA GOLPISTA!

Um dos resultados dessa articulação foi a derrubada de vetos do governo no chamado PL da Dosimetria, que alivia a pena dos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Na prática, a medida atende à pressão bolsonarista para aliviar a punição de seus apoiadores, mostrando como um governo entregue às negociatas deu margem para que o centrão e o bolsonarismo aprovassem isso. A redução das penas dos golpistas é um absurdo. É preciso punir os golpistas que atacam as liberdades democráticas para defender seu projeto autoritário e capitalista.

Agora Lula promete ir ao STF contra a derrubada do veto, reforçando que segue confiando de forma acrítica nas instituições do regime decadente capitalista.

Esse episódio revela, mais uma vez, que o Congresso Nacional funciona como um balcão de negócios dos interesses das elites políticas e econômicas do país.

Enquanto isso, temas de interesse dos trabalhadores são deformados e usados como

medidas eleitoreiras para ganhar votos e manter o sistema capitalista funcionando. Diante da força da mobilização pelo fim da escala 6x1, o governo foi pressionado a apresentar a proposta de redução da jornada para 40 horas. Essa medida, porém, é insuficiente, sendo aceita até mesmo pelo presidente da Câmara e representante do centrão, Hugo Motta. Temos que lutar pela redução da jornada para 36 horas sem redução de salários e direitos como quer a extrema direita.

Polarização por dentro do sistema segue
A popularidade de Lula e do governo tem caído, pois está refém do seu próprio projeto capitalista, que não consegue resolver os problemas estruturais do país. Ao não enfrentar as engrenagens do sistema, Lula segue alimentando a lógica capitalista, o que ajuda a dar força para o centrão e o bolsonarismo.

Basta ver o que o governo Lula vem fazendo junto com Hugo Motta na Câmara. Estão aprovando a toque de caixa um marco regulatório para a exploração das terras raras que permite a entrega de recursos ao imperialismo.

Lula e o PT, que dizem tanto querer enfrentar a extrema direita, estão ajudando a aprovar leis que garantem não só segurança jurídica como financiamento para as multinacionais virem aqui e levarem as terras raras. Isso não é soberania. O governo recusa a criação da TerraBras justamente pela pressão do lobby dos monopólios dos EUA, da China e dos capitalistas brasileiros.

LIBERDADE A THIAGO E SAIF! NÃO À CONDENAÇÃO DE ZÉ MARIA

Nesse momento existe um ativista brasileiro preso pelo Estado genocida de Israel. Thiago Ávila e Saif Abukeshek, membros da Global Sumud Flotilha, foram sequestrados em águas internacionais e levados para Israel, onde sofreram agressões, tortura e um julgamento fake, com resultado pré-definido pelo governo israelense. Era de se pensar que Lula estaria indo pautar uma exigência de libertação de Thiago na reunião com o Trump, dado que os EUA são os apoiadores e chefes de Israel, mas longe disso. Os interesses de Lula são entregar as terras raras e tecer elogios a Trump.

No Brasil também vemos os tentáculos autoritários de Israel com a pressão do lobby sionista fazendo com que a justiça brasileira condene Zé Maria de Almeida, presidente do PSTU, a dois anos de prisão por ter feito um discurso em defesa do povo palestino. Esse é um ataque contra as liberdades democráticas. Fere todos os defensores da causa palestina e todos os trabalhadores, lutadores e movimentos sociais.

A campanha pela libertação de Thiago e Saif e contra a condenação de Zé Maria é um caminho para garantirmos liberdades democráticas para lutarmos contra Israel, em defesa da Palestina e também pelas reivindicações dos trabalhadores. O sistema que gera opressão colonialista e violência contra os palestinos é o mesmo que gera miséria e desgraça por meio da exploração dos trabalhadores em todo o mundo.

ABAIXO O IMPERIALISMO!

Nesse contexto, no qual os EUA seguem atacando o Irã, agredindo a Venezuela, impondo um perverso bloqueio a Cuba, unificar os povos e trabalhadores de todo o mundo contra o imperialismo é fundamental. A luta em defesa da Palestina é um ponto central da luta contra o imperialismo dos EUA. Assim como a luta em defesa da libertação nacional da Ucrânia contra a invasão russa também é parte da luta contra o imperialismo russo. Não há imperialismo bonzinho.

A disputa imperialista entre EUA e China gera desgraça para todos os trabalhadores, os quais precisam responder a essa situação fortalecendo um projeto socialista e revolucionário que conecte a luta anti-imperialista com a luta contra o capitalismo. ■



PALESTINA LIVRE, DO RIO AO MAR

Estado de Israel sequestra ativistas da flotilha e expõe a cumplicidade internacional



JOANA SALAY
DE SÃO PAULO (SP)



Flotilha capturada pelo Estado de Israel na madrugada do dia 30 de abril. Fonte: Reprodução

Na madrugada de 30 de abril, embarcações da flotilha internacional que seguiam em direção à Faixa de Gaza foram interceptadas por forças navais do Estado de Israel no Mediterrâneo. A operação ocorreu em águas internacionais, próximo ao território europeu, a aproximadamente 900 quilômetros de Gaza.

A bordo estavam dezenas de ativistas de diferentes países. Militares israelenses invadiram as embarcações, assumiram o controle e levaram à força cerca de 180 tripulantes de 22 barcos. Muitos dos detidos permaneceram incomunicáveis por horas ou dias.

Após a captura, começaram a surgir os primeiros relatos. Os ativistas denunciaram condições degradantes de detenção, com privação de água, comida e medicamentos, além de maus-tratos. Há

também registros de agressões físicas e psicológicas.

O PAPEL DE GOVERNOS EUROPEUS

O envolvimento da Grécia também veio à tona. Parte da flotilha havia enfrentado obstáculos logísticos e pressões políticas ainda em território grego, evidenciando como governos europeus atuam para impedir iniciativas que desafiem o bloqueio imposto a Gaza. Na prática, o cerco israelense é sustentado pela cumplicidade internacional.

Israel segue atuando sem respeitar nenhum limite legal. Interceptar embarcações em águas internacionais, manter civis presos sem acusação formal e permitir denúncias de tortura faz parte de um padrão recorrente. Não é uma exceção no tratamento à flotilha, mas uma pequena demonstração da prática constante do Estado genocida de Israel, sustentada pela proteção política das potências imperialistas e pela passividade de diversos governos.

LIBERDADE, JÁ!

Thiago e Saif: sequestro em alto-mar, tortura e prisão sem acusação

Entre os ativistas sequestrados, a situação do brasileiro Thiago Ávila e do palestino Saif Abukeshek evidencia a gravidade da operação. Quando 178 ativistas foram liberados em território grego, sendo mais tarde, na prática, deportados, Thiago e Saif ficaram presos de modo ilegal.

Ambos foram levados à força para território sob controle israelense, sem nenhuma acusação formal. Ainda assim, um tribunal decidiu prorrogar a detenção com base em alegações genéricas e políticas, sem apresentação de provas.

Durante esse período, surgiram denúncias detalhadas de tortura. Thiago e Saif relataram espancamentos, imobilização prolongada, vendagem dos olhos e isolamento ainda no mar. Depois da captura, foram transferidos para o centro de detenção de Shikma, proibidos de ter contato com a família e sem nenhuma garantia de segurança ou integridade física. Diante dessas condições e da prisão ilegal, ambos iniciaram uma greve de fome em protesto contra os maus-tratos e a manutenção da detenção.

TORTURA E ABUSOS

Thiago relatou interrogatórios que chegaram a durar oito horas, nos quais foi ameaçado diretamente de morte ou de passar “100 anos na prisão”. Os dois permanecem em isolamento total, em celas com iluminação intensa permanente, submetidos a frio extremo e privação de sono. São mantidos vendados sempre que deixam a cela, inclusive durante exames médicos.

A manutenção da prisão cumpre um papel que vai além do caso em si. A mensagem é nítida: qualquer tentativa de romper o bloqueio a Gaza será tratada como crime e todo palestino que ousar desafiar as atrocidades de Israel tem sua vida ameaçada. Ao mesmo tempo, busca-se

intimidar novas iniciativas de solidariedade internacional.

Diante disso, a libertação imediata de Thiago Ávila e Saif Abukeshek não pode depender apenas de negociações diplomáticas. A continuidade da prisão e a gravidade das denúncias colocam a necessidade de uma forte campanha internacional.

GOVERNOS CÚMPLICES E A OMISSÃO DO BRASIL

O governo Lula, até agora, limitou-se a declarações diplomáticas que não correspondem à gravidade do caso. A situação exige mais do que notas oficiais ou pedidos de esclarecimento. É necessário atuar de forma direta pela libertação dos ativistas e romper relações com Israel.

A mesma lógica vale para os governos europeus que, como no caso da Grécia, atuam diretamente para bloquear iniciativas de solidariedade internacional. O cerco a Gaza não se sustenta apenas por ação militar, mas por uma rede de apoio político, econômico e diplomático.



Thiago Ávila e Saif Abukeshek sequestrados pelo Estado de Israel. Fonte: Reprodução

ENTENDA

Por que a flotilha incomoda tanto?

A flotilha internacional rumo a Gaza não é apenas uma missão de ajuda humanitária. É uma ação política direta que busca romper, na prática, o bloqueio imposto por Israel, um cerco genocida que há anos estrangula a vida da população palestina, restringindo o acesso a alimentos, medicamentos e condições mínimas de sobrevivência.

Reunindo ativistas de diversos países, a missão combina solidariedade internacional com ação direta. É justamente esse caráter que a torna tão incômoda.

Ao navegar em direção ao território palestino, a flotilha desafia não só o cerco militar, mas toda a arquitetura política que o sustenta, baseada no controle do território, na restrição da circulação e na imposição de uma crise humanitária permanente. Por isso, é constantemente alvo de repressão.

O objetivo não é só impedir a chegada da ajuda. É também evitar um precedente perigoso: demonstrar que o bloqueio pode ser enfrentado e que a solidariedade internacional pode assumir formas de ação direta. Em outras palavras, o alvo não é apenas a flotilha, é o exemplo que ela representa.

SEM MOBILIZAÇÃO, NÃO HÁ RUPTURA DO BLOQUEIO

A solidariedade internacional é fundamental, mas isolada não é suficiente para romper o bloqueio imposto a Gaza.

Em diferentes momentos, trabalhadores portuários ao redor do mundo já se recusaram a carregar armas destinadas a Israel. Greves e boicotes mostraram que é possível atingir diretamente os mecanismos que sustentam a máquina de guerra israelense. É esse caminho que precisa ser ampliado, cercando a flotilha de apoio em conjunto com a mobilização da classe trabalhadora.

A luta contra o genocídio em Gaza exige a entrada da classe trabalhadora internacional em cena, com métodos capazes de interromper o fluxo de armas, pressionar governos e impor derrotas concretas.

CAMPANHA

Liberdade aos presos da flotilha e passagem segura para Gaza

Apesar da interceptação de parte das embarcações, a flotilha não foi interrompida. Outros barcos seguem em direção a Gaza e novas delegações se preparam para se somar à iniciativa, mantendo viva a tentativa de romper o bloqueio.

Esse movimento no mar precisa encontrar eco em terra. É necessário organizar, em cada país, uma campanha pela libertação de Thiago Ávila e Saif Abukeshek, ao mesmo tempo que se exige a passagem segura das novas embarcações da flotilha, enfrentando a tentativa de criminalizar a solidariedade ao povo palestino e pressionando os governos a garantir que a missão possa seguir sem novas interceptações.

A prisão de ativistas da flotilha é parte da mesma política que mantém Gaza sob cerco e bombardeio. É um capítulo do genocídio em curso contra o povo palestino.

Exigir sua libertação é urgente, mas não suficiente. É preciso ir além: romper relações com Israel, ampliar a mobilização internacional e construir uma resposta à altura da barbárie em curso. Porque, diante de um Estado que sequestra, tortura e mata com respaldo internacional, a neutralidade não é uma opção, é cumplicidade.

ENTREVISTA

“Fomos espancados, torturados física e psicologicamente”

Militante da **LIT-QI e do PSTU, Mandi Coelho** integrou a missão da Global Summud Flotilha em solidariedade ao povo palestino.

■ POR QUE VOCÊ DECIDIU INTEGRAR A FLOTILHA RUMO A GAZA?

Primeiro, para fortalecer a luta em defesa dos povos oprimidos e de conjunto contra a opressão sobre as mulheres, os negros e as nacionalidades. Segundo, porque é impossível fechar os olhos para o genocídio que tem acontecido com a cumplicidade dos governos e com os ataques da extrema direita mundial. E terceiro, porque levar adiante a luta do povo palestino contra o apartheid israelense, contra esse Estado sionista, é equivalente a lutar contra o nazismo na nossa época.

■ **COMO FOI A AÇÃO DAS FORÇAS ISRAELENSES? E COMO FOI O PROTESTO QUE VOCÊS FIZERAM?**

Fomos sequestrados e mantidos numa prisão em alto-mar, organizada para funcionar como um campo de concentração. Fomos privados de água, comida, remédios, sono. Fomos espancados, torturados física e psicologicamente. Vimos em 48 horas uma pequena amostra da agressão que o povo palestino vive há 78 anos. E por isso também eles são mais violentos, em especial contra os árabes, os povos racializados e os palestinos, como o próprio Saif.

Durante a prisão nós fizemos assembleias e decidimos fazer um protesto não violento contra a ida de cinco pessoas para o confinamento solitário. Depois fomos liberados na Grécia. No entanto, eles mantiveram capturados o Thiago Ávila e o Saif, que estão sendo torturados e estão fazendo greve de fome. O Saif iniciou greve de água, e ambos correm risco de vida.

■ **QUE TAREFAS SE COLOCAM AGORA PARA FORTALECER A LUTA PALESTINA?**

A primeira tarefa é batalhar pela liberdade, segurança e vida de Thiago e Saif. Também deve ser acompanhada da batalha pela segurança da família dele que está sob risco e ameaças do Mossad. Precisamos cobrar responsabilidade do Estado brasileiro.

Junto com isso, defender a flotilha, porque ela segue enquanto missão, partiu da Grécia esta semana, vai para a Turquia, com uma frota de cerca de 50 barcos navegando para tentar romper o cerco a Gaza.

[É preciso] Lutar contra a condenação do Zé Maria, que demonstra como o lobby sionista busca criminalizar para tentar desmontar a força da luta pela Palestina. Fazem isso atacando as liberdades democráticas, levando adiante projetos de censura que buscam criminalizar os que lutam como o PL da Tabata Amaral. ■

“É impossível fechar os olhos para o genocídio que tem acontecido com a cumplicidade dos governos e com os ataques da extrema direita mundial.”



SOLIDARIEDADE À PALESTINA NÃO É CRIME!

Não à condenação de Zé Maria!

FÁBIO BOSCO,
DE SÃO PAULO (SP)

Protesto contra o genocídio na Palestina. Foto: Sérgio Koei

No dia 27 de abril, o juiz Massimo Palazzolo, da 4ª Vara Criminal Federal, condenou o presidente do PSTU, Zé Maria de Almeida, a dois anos de prisão por defender, em manifestação de solidariedade ao povo palestino, o fim do Estado racista e colonialista de Israel, bem como o direito do povo palestino à resistência pacífica ou armada.

Infelizmente a condenação se equivoca ao equiparar o antissionismo ao antissemitismo e, na prática, alinha-se aos interesses do Estado de Israel, que executa um genocídio de palestinos em pleno século XXI.

ANTISSIONISMO NÃO É ANTISSEMITISMO

Antissemitismo é, por exemplo, difundir teorias conspiratórias antijudaicas ou negar/diminuir o holocausto. Antissionismo é se opor a um movimento político, o sionismo, que representa uma parcela decrescente da população judia, materializado na limpeza étnica da Palestina e no Estado de Israel.

O jornalista antissionista de origem judaica Breno Altman afirmou em seu depoimento no processo que “o sionismo é a identidade de uma corrente ideológica, baseado em princípios racistas, para construção de um Estado de supremacia judaica, com a vocação do direito de colonização da Palestina, em parte ou no todo. Por sua vez, o antissemitismo é um termo criado por um jornalista alemão, William Maher, em 1867, que passou a ser utilizado como sinônimo de ódio aos judeus, sendo um termo historicamente ligado à perseguição aos judeus”.

Já o historiador e professor da USP, Henrique Carneiro, em seu depoimento declarou que “o sionismo e o antissemitismo são coisas completamente distintas, isso porque, o antissemitismo é o preconceito que foi sobretudo expressado durante o regime nazista. Por sua vez, o antissionismo é a denúncia de um projeto de colonização do território da Palestina, que previa a existência de dois Estados, e isso não foi cumprido”.

O movimento sionista nunca foi unânime entre a população judia. O revolucionário Leon Trotsky, de origem judaica, sempre foi antissionista. Ele, por exemplo, denominou o fundador do

sionismo, Theodor Herzl, de “aventureiro sem-vergonha” no artigo “A decomposição do sionismo e o que poderá sucedê-lo” (publicado no jornal Iskra, nº 56).

No século XXI, o antissionismo cresce entre a população judia fora da Palestina ocupada. Nos Estados Unidos, a maioria da juventude judia repudia o genocídio na Faixa de Gaza, e a organização que mais mobiliza jovens judeus estadunidenses é a Jewish Voice for Peace (Voz Judaica pela Paz). Essa organização se afirma como antissionista e denuncia que o Estado de Israel pratica um colonialismo de assentamento e racismo contra os palestinos e os judeus não europeus.

No Brasil, também há organizações antissionistas, como é o caso do Vozes Judaicas pela Libertação. Recentemente um grupo de organizações judaicas acusou a assessora de Lula, Clara Ant, de ter a palavra vetada no seminário “Enfrentando o Antissemitismo”, realizado no Itamaraty. “Não há judias nem judeus não sionistas fazendo parte desse seminário com direito à fala. Pedimos dez minutos para nos manifestarmos. O Itamaraty concordou. Mas a possibilidade não foi bem-vista por Clara Ant. É um absurdo nos calarem. Por que não podem ouvir a nossa posição? Não adianta tentar nos tornar invisíveis, nós existimos”, declarou Debora Abramant, da Articulação Judaica de Esquerda.

O sionismo nunca foi mais que uma corrente de pensamento supremacista entre a população judia. O genocídio em Gaza não apenas

provocou o repúdio dos povos de todo o mundo, mas também fez crescer os setores antissionistas entre os judeus.

A QUESTÃO DO IHRA

Apesar de Zé Maria não ter feito nenhuma referência à população judia em seu discurso, o juiz entendeu que sua posição foi antissemita. Ele se apoiou, entre outros elementos, na definição da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA em inglês), aliança à qual adere uma minoria de 31 países, que iguala quaisquer críticas ao Estado de Israel a um posicionamento antissemita. No entanto, o Brasil já havia se retirado dessa organização no ano passado por conta dessa definição equivocada. Por isso não é razoável que a sentença condenatória se apoie sobre essa definição. Hoje a deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP) quer retomar a definição do IHRA apoiada por organizações sionistas como Conib e StandWithUS. Mas há uma campanha em curso contra esse projeto de lei sionista.

A condenação equipara o antissionismo ao antissemitismo e, na prática, alinha-se aos interesses do Estado de Israel, que executa um genocídio de palestinos em pleno século XXI.

SIONISTAS NEGAM GENOCÍDIO PALESTINO

Nunca mais, para mais ninguém

O juiz também se apoiou nas acusações de duas organizações sionistas, a Conib e a Fisesp. Para elas, antissionismo é antissemitismo disfarçado. Zé Maria e o PSTU nunca foram antissemitas, nunca negaram ou diminuíram o crime de holocausto perpetrado pelo Estado nazista contra judeus, ciganos e dissidentes. No entanto, a Conib e outras organizações sionistas sempre negaram a existência de um genocídio contra a população palestina em Gaza, apesar de todas as evidências e posicionamentos.

Para a maioria dos estudiosos em genocídio e holocausto, o Estado de Israel cometeu o crime de genocídio em Gaza. Importantes organizações de direitos humanos, como a israelense B'tselem também. A relatora da ONU para os territórios palestinos ocupados, Francesca Albanese, fez vários relatórios denunciando o genocídio em curso em Gaza, o mais conhecido deles denominado "Anatomia de um genocídio". A Comissão de Inquérito Independente da ONU, liderada por Navi Pillay, também corrobora este reconhecimento.

CRIMES CONTRA A HUMANIDADE

O Estado de Israel, por sua vez, comete crimes contra a humanidade desde sua formação. O principal historiador israelense, Ilan Pappé, explica em sua obra A limpeza étnica na Palestina, elaborada a partir dos arquivos do Estado de Israel, que este país nasceu a partir da expulsão de 750 mil palestinos e da destruição de mais de 500 aldeias, o que ele denomina de

limpeza étnica, crime condenado pelo Direito Internacional.

Ou seja, são os sionistas que negam a existência de um genocídio. No entanto, um número crescente de judeus em todo o mundo afirma que “nunca mais, para mais ninguém”.

É mais uma demonstração do equívoco da sentença contra Zé Maria por defender posições que são antissionistas, defendidas também por intelectuais e organizações judias antissionistas.

FOLHA DE S.PAULO

Polêmica com Demétrio Magnoli

O comentarista Demétrio Magnoli se somou aos sionistas e publicou artigo em sua coluna na Folha de S.Paulo afirmando que as posições de Zé Maria são antisemitas.



Demétrio Magnoli e Zé Maria. Foto: Divulgação

Zé Maria respondeu que “é o Estado de Israel o responsável pela mortandade em Gaza. Acusar de racistas os que protestam contra essa atrocidade é o recurso desesperado que restou ao sionismo. Defender o fim dessas atrocidades é um direito; ou mais, uma obrigação. Assim

como toda a humanidade defendeu o fim do apartheid na África do Sul, é preciso defender o fim do Estado racista e colonialista de Israel para pôr fim ao genocídio do povo palestino e permitir a volta dos que foram expulsos de sua terra”.

PRECEDENTE

Sionistas comemoram

Luna Harari, diretora da Fisesp, chamou a condenação de Zé Maria de “histórica”, pois a sentença considerou que “o antissionismo não é legítimo” e que “chamar pessoas indiscriminadamente de genocidas é uma fala que incita o preconceito”. Por último, afirmou que “negar o 7 de outubro ou afirmar que os eventos foram uma resposta legítima é uma fala racista”.

Zé Maria não chamou as pessoas indiscriminadamente de genocidas. Ele afirmou que o Estado de Israel executa um genocídio reconhecido por várias organizações de direitos humanos e organismos da ONU.

Quanto ao 7 de outubro, ele é um direito dos povos que vivem sob ocupação segundo o direito internacional. Afinal o povo palestino tem o direito de se defender e de lutar pela sua autodeterminação.

NÃO NOS CALARÃO

Campanha pela absolvição de Zé Maria

Desde o anúncio da sentença, várias organizações e personalidades no Brasil e outros

países manifestaram sua solidariedade com Zé Maria.

Chamamos todas as organizações políticas, sindicais, populares e democráticas a se unir à campanha contra a perseguição aos apoiadores da causa palestina.

No dia 14 de maio, será realizado um ato na Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco, em solidariedade a Zé Maria e todos os perseguidos por se solidarizarem com a Palestina, bem como pela libertação de Thiago Ávila e Saif Abukeshek, líderes da Global Sumud Flotilla sequestrados por Israel e mantidos sob tortura em cárceres israelenses.■

Campanha de solidariedade e apoio a Zé Maria

CONFIRA O ESPECIAL NO PORTAL DO OPINIÃO SOCIALISTA

CLIQUE AQUI

Assine o abaixo-assinado contra a condenação à prisão

CLIQUE AQUI

JORNADA DE TRABALHO

Luta contra a escala 6x1 obriga governo a propor redução da jornada

 JÚLIO ANSELMO,
DA REDAÇÃO



1º de Maio de luta e independente na Praça da República, centro de SP. Foto: Wil Dias

O governo Lula protocolou um projeto de lei para reduzir a jornada de trabalho das atuais 44 horas para 40 horas semanais. O regime de urgência obriga o texto a ser votado até o dia 30 de maio. Foi a pressão da luta pelo fim da escala 6x1, em defesa da “vida além do trabalho”, que obrigou o governo a apresentar a medida. Mas também se trata de uma tentativa do PT de se cacifar eleitoralmente nos marcos de uma redução da aprovação do governo, principalmente entre os mais jovens.

LULA, 40 HORAS É POUCO: EXIGIMOS 36 HORAS SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO!

Mesmo sendo uma pauta bastante popular, com apoio de mais de 73% da população à redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6×1, o governo apresentou uma medida já rebaixada em relação ao que era a proposta do movimento, que apoia a luta pela escala 4×3, com jornada de 36 horas.

É evidente que, em relação às condições atuais, em que muitos trabalhadores são obrigados a uma jornada mínima legal de 44 horas semanais, numa legislação que vigora há 60 anos, essa redução seria um alívio. Mas, em relação ao crescimento da produtividade nas últimas décadas, ao quanto as grandes empresas exploram e espoliam nosso povo, enfim, em relação à necessidade dos trabalhadores, essa medida é insuficiente.

Considerando a força e o potencial de luta que o tema tem, que encontra nas novas gerações trabalhadoras a legítima exigência de não serem condenadas, como estão sendo, a uma vida pior que a das gerações anteriores, somado aos saltos tecnológicos de nossos tempos, que permitem que trabalhemos menos e até se possa produzir mais, vemos que a medida está aquém das necessidades de nossa classe, e as possibilidades objetivas, hoje, permitem uma redução maior.

ESCALA 4X3 COM 36 HORAS JÁ, SEM ENROLAÇÃO

Apoiado na força das ruas, hoje seria possível impor uma redução maior que a proposta pelo governo. O problema é que o fato de a proposta do governo partir rebaixada já das 40 horas indica que nem isso está, porque o próprio governo topa

negociar com a direita e o centrão, flexibilizando e piorando ainda mais a proposta inicial. Por isso, o ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, já diz que o governo toparia negociar uma transição, ou seja, adiar a implementação total da medida rebaixada. O fato de o governo apresentar as 40 horas já é um indicativo de que o que sairá do Congresso é daí para baixo. É dar munição para as artimanhas do centrão, da direita e da extrema direita piorarem ainda mais o projeto.

Temos que exigir que o PL vá além das 40 horas, sem redução de salário e direitos. É necessário avançar para 36 horas e semana 4x3, assim como em medidas que garantam que a redução da jornada será ampla, sem exceções e, por isso, é preciso revogar a reforma trabalhista, que permite o trabalho intermitente e temporário; restringir a pejetização e barrar projeto que cria novas modalidades precárias de trabalho. O PL deve conter a isonomia de todos os trabalhadores. Além disso, deve conter mecanismos de proteção do trabalhador, como proibição das demissões em massa, proibição do contrato individual acima do legislado e um programa que fiscalize, multe e até estatize as empresas que não estejam cumprindo a lei trabalhista.

**Apoiado na força das ruas
hoje seria possível impor
uma redução maior do que
a proposta pelo governo**

ENFRENTAR OS ATAQUES E ARMADILHAS DA DIREITA E DO CONGRESSO

Tirar dos Bilionários e aumentar os salários!

A direita e a patronal, via Confederação Nacional da Indústria (CNI), Frente do Empreendedorismo e toda a burguesia brasileira, querem impedir que seja aprovado o fim da escala 6×1. Qualquer tentativa de setores da direita, ultradireita, empresários, Congresso Nacional ou quem quer seja de barrar essa mínima possibilidade de avanço, nós temos de enfrentá-los nas ruas, nas mobilizações e numa greve geral se for necessário.

Querem aprovar uma série de ataques que anulariam os efeitos positivos da redução da jornada para os trabalhadores. Seguem se articulando para aprovar a permissão de contratação por hora e o salário proporcional às horas trabalhadas. Esse just in time na força de trabalho é a fórmula ideal para a exploração capitalista, ainda mais num país destinado à produção de commodities e à indústria de baixo valor agregado, que prescinde, em sua ampla maioria, de trabalhadores qualificados.

A flexibilização total da jornada seria uma derrota enorme para os trabalhadores. Junto com a pejetização (que avança em decisões do STF) e as novas formas de trabalho intermitente ou a criação do “trabalhador autônomo por aplicativo”, podem levar ao maior desmonte já visto da CLT, acabando com o regime único. Essa reforma trabalhista levaria ao fim da isonomia de direitos e à possibilidade de as empresas escolherem se

contratariam em regime CLT de 40 horas ou em outro regime de trabalho, sem limite de jornada, 7x0 ou por peça. O resultado é que os trabalhadores trabalhariam mais do que as 44 horas, o que já ocorre no trabalho por plataformas e informais.

É HORA DE IR PARA CIMA!

A pauta é tão popular que até mesmo os deputados da extrema direita ficam na defensiva. Apesar de serem contra a redução da jornada, serão poucos os deputados do centrão, da direita e extrema direita que falarão de forma categórica contra a redução da jornada. O que farão é tentar desvirtuar o projeto, colocar coisas que alterem seu sentido, enfiar ataques aos trabalhadores.

Nikolas Ferreira (PL-MG) propôs, por exemplo, que o governo pague o custo da medida transferindo dinheiro público para as empresas que terão que contratar mais gente, aumentando seus custos e diminuindo seus lucros. Diz que faz isso em nome dos pequenos empresários que não teriam como arcar com a medida.

A questão sobre quem paga o custo da medida é interessante. Defendemos justamente que o custo da redução da jornada seja retirado do lucro dos bilionários das 200 maiores empresas do Brasil. Nenhuma compensação para os grandes capitalistas. Aos pequenos empreendimentos, que seja feita uma taxa sobre as 200 maiores empresas e os grandes bancos para reverter aos pequenos negócios. O dinheiro público deve ir para saúde, educação e áreas sociais que estão sufocadas pelo arcabouço fiscal do governo para garantir o pagamento da dívida pública aos

banqueiros, os quais lucram muito com os altos juros.

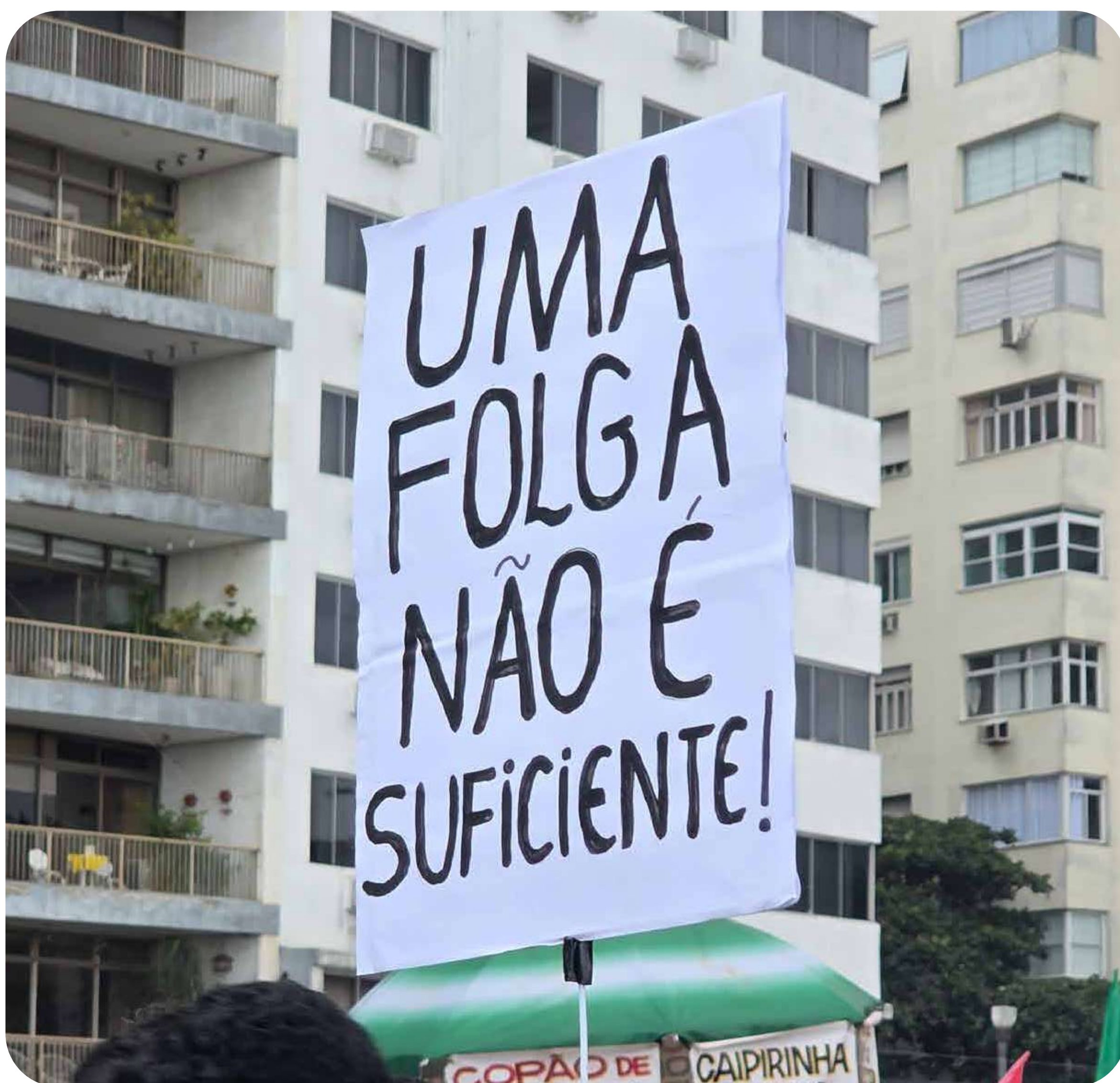
CONTAR COM NOSSAS PRÓPRIAS FORÇAS

Nenhuma confiança no governo de conciliação do PT

Não podemos aceitar qualquer manobra ou acordo. Devemos denunciar as manobras que possam ocorrer na negociação no Congresso Nacional, os jabutis que possam ser inseridos nas comissões, assim como aconteceu com o PL dos trabalhadores de aplicativo, que saiu pior do que entrou. Ou mesmo a aprovação paralela dessas medidas de uma nova reforma trabalhista fatiada que restringirá a conquista da redução da jornada a um setor minoritário da classe. A pejotização já está avançando com o parecer favorável do procurador-geral da República, indicado pelo governo Lula.

Por isso, não podemos deixar a reivindicação nas mãos do governo. É preciso construir uma mobilização independente do governo para impedir os retrocessos da direita e a deturpação da pauta. Temos de lutar e ficar de olho, até porque o PT governou por 18 anos e não propôs a redução da jornada de trabalho. Faz isso agora pela força da nossa luta. Afinal, este é o governo que segue privatizando, que não revogou a draconiana reforma trabalhista de Temer nem muitos dos ataques de Bolsonaro. É um governo que faz acordo com o centrão para entregar as pautas dos trabalhadores. Já vimos isso inúmeras vezes, desde as nossas condições de trabalho até os ataques aos nossos povos originários.

Partindo da luta concreta, devemos impulsionar uma alternativa política de independência de classe dos trabalhadores que supere o próprio projeto de conciliação de classes do PT e seja capaz de derrotar a extrema direita pra valer. Para isso, é preciso romper as engrenagens do sistema capitalista, o que permitirá mudar estruturalmente a vida da classe trabalhadora.



Ato do 1º de Maio no RJ. Foto: Elias Dias

1º DE MAIO

Luta pelo fim da escala 6x1 ecoou no Dia do Trabalhador

O dia de luta da classe trabalhadora foi marcado por diversos protestos que ecoaram a luta pelo fim da escala 6x1, com redução da jornada sem

redução dos salários. A CSP-Conlutas, ao contrário das centrais governistas que se recusaram a enfrentar o governo, convocou atos independentes e blocos classistas, trazendo também a exigência do fim do arcabouço fiscal, da reforma agrária, do fim do feminicídio e da violência machista e da solidariedade à luta do povo palestino.

Na capital paulista, a manifestação ocorreu na Praça da República, após o governo Tarcísio proibir o ato na Avenida Paulista. Mesmo assim, o protesto reuniu cerca de mil trabalhadores, ativistas, estudantes e militantes de diversos partidos de esquerda, entidades e organizações de movimentos populares. “Nós estamos aqui trazendo uma pauta em defesa da redução da jornada de trabalho, fim da escala 6×1, com redução da jornada para 36 horas já, na luta em defesa das mulheres vivas, contra o feminicídio, o machismo, o racismo e a exploração”, falou Cleber Rabelo, operário da Construção Civil de Belém (PA), dirigente do PSTU e da CSP-Conlutas.

No Rio de Janeiro, a CSP-Conlutas marcou presença no protesto em Copacabana. Cyro Garcia, pré-candidato do PSTU ao governo do Rio de Janeiro, exigiu do governo brasileiro medidas concretas em defesa da libertação de Thiago Ávila, membro da Flotilha mantido refém pelo Estado sionista. Cyro criticou ainda a sentença absurda sofrida por Zé Maria. “Essa condenação é uma condenação a todos nós que defendemos o povo palestino”, discursou. Cyro atacou ainda o imperialismo “que quer transformar a América Latina num quintal”. ■

SOBERANIA

Terras raras: governo Lula, Congresso Nacional e extrema direita entregam o futuro do país a Trump

 DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO



Encontro entre Lula e Trump em 2025. Foto: Ricardo Stuckert / PR

Enquanto fechávamos esta edição, uma ação coordenada entre o Congresso Nacional, o governo Lula e os EUA ocorria para avançar a entrega das chamadas terras raras do país ao imperialismo estadunidense. Esses cobiçados recursos são essenciais em uma vasta gama de produtos de alta tecnologia, de painéis solares a smartphones, satélites e aviões de caça. É o petróleo do século XXI, cuja produção hoje é monopolizada pela China, o que leva a uma busca predatória dos EUA nos marcos da disputa interimperialista como principal potência capitalista do mundo.

As terras raras estão na pauta principal do encontro entre Lula e Trump no dia 7, em

Washington. O presidente brasileiro faz questão de levar na bagagem a aprovação do PL 2780/24, que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. Sob a relatoria do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-RJ), o projeto, na prática, regulamenta a entrega dessa matéria-prima às grandes mineradoras estrangeiras.

LULA DIZ NÃO À TERRABRAS E SIM ÀS MULTINACIONAIS

Com o avanço da procura por terras raras, surgiu a pressão pela criação de uma estatal que gerisse esses recursos, a TerraBras, encampada até por um setor minoritário do PT na Câmara. E não é difícil entender a razão.

A entrega das terras raras a Trump foi prometida pelo então ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante as negociações contra o tarifaço de Trump. O PL que está sendo aprovado na Câmara, por sua vez, une governo, centrão e extrema direita, com a benção do presidente da Câmara, Hugo Motta, que poucos dias antes defendia a derrubada do veto ao PL da Anistia a golpistas. Ou seja, quando o tema é a entrega da soberania, não há divergências.

O discurso do governo e dos defensores do PL é que ele garantirá que o Brasil não apenas exporte commodities brutas, mas também obrigue seu processamento no país, agregando valor e impulsionando a industrialização. Argumento tão falacioso quanto hipócrita, porque, em vez de garantir que o Estado tome para si a exploração desses recursos, utilizando-os para, de fato, industrializar o Brasil, nos mantém como meros exportadores de matéria-prima. É como dizer que apenas refinando o petróleo para exportar seria

possível reindustrializar o Brasil. Pior que isso, mesmo que essas empresas estrangeiras processem as terras raras no Brasil, sugarão nossas riquezas naturais, explorarão os trabalhadores aqui e levarão os lucros para seus países.

O PL, além disso, cria o Fundo Garantidor da Atividade Mineral de R\$ 5 bilhões, com aportes iniciais de R\$ 2 bilhões em dinheiro público para estimular projetos no setor. Ou seja, não apenas entrega as terras raras ao capital estrangeiro, como ainda a financia. Vamos pagar para ser ainda mais explorados e subordinados ao imperialismo. Se tem dinheiro para este fundo, por que não o utilizar para criar uma estatal, garantindo os interesses nacionais, revertendo seus lucros para a reindustrialização do país?

SERRA VERDE: PRECEDENTE PERIGOSO

A venda da mineradora Serra Verde em Goiás, articulada diretamente com o governo Trump pelo ex-governador e atual presidenciável Ronaldo Caiado (PSD), é um grave precedente do que virá. A Serra Verde é a única mineradora de terras raras fora da Ásia e foi vendida para a estadunidense USA Rare Earth por quase US\$ 3 bilhões. Com a venda, a Serra Verde se comprometeu ainda a fornecer 100% de sua produção exclusivamente a um fundo mantido pelo governo estadunidense e investidores privados.

Se por um lado Caiado passou por cima das leis, negociando diretamente com um governo estrangeiro, por outro o governo Lula, mais uma vez, criticou, mas não tomou nenhuma medida contra este atentado à soberania. Nesse sentido,

ao negar a criação de uma estatal, na prática Lula não fará nada diferente de Caiado. A disputa de Lula é para que a União entregue esses recursos.

DESNACIONALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E RETROCESSO

A entrega das terras raras, promovida pelo governo Lula, o Congresso Nacional e a extrema direita, representa mais que o avanço da desnacionalização dos recursos do país. Ao entregar a exploração desses minerais críticos às multinacionais, o país abre mão de um recurso essencial na produção de itens de alto valor agregado, da indústria de ponta. Vende-se, assim, a perspectiva de uma real reindustrialização e se reafirma o papel semicolonial e subordinado do Brasil, reduzido a exportador de matéria-prima e produtos de baixo valor.

Isso significa, na prática, manter-se na periferia do capitalismo, sendo explorado cada vez mais pelas potências capitalistas. É o aprofundamento do processo vivido pelo Brasil nas últimas décadas, de retrocesso econômico e social, que se reflete nos baixos salários, nos níveis cada vez mais altos de superexploração e até na criminalidade urbana.

Quando o tema é a entrega da soberania, não há divergências entre o governo e a extrema direita

ENTENDA

Controle de recursos é chave na disputa entre EUA e China

Terras raras são um conjunto de 17 elementos químicos fundamentais para a produção de itens de alta tecnologia, como o neodímio para ímãs de alta potência que constituem motores elétricos e turbinas de energia eólica. Fazem parte de um grupo mais amplo em que se incluem lítio, níquel e cobalto, juntos chamados de minerais críticos, também valiosos para a indústria 4.0.

Apesar do termo “raro”, são elementos que estão dispersos em quase todo o planeta. O grande desafio é encontrar regiões onde estejam mais disponíveis e seja economicamente viável extraí-los. É aí que entra o grande problema: seu refino é extremamente caro, complexo e de alto impacto ambiental. Calcula-se que, para produzir um quilo de elementos de terras raras, geram-se até duas toneladas de rejeitos tóxicos, inclusive radioativos.



Extração, em Minaçu (GO), de elementos essenciais à fabricação de ímãs permanentes, usados em veículos elétricos. Fonte: Agência Senado

Segundo levantamento do governo estadunidense, a China detém metade das reservas de terras raras no mundo, processando 69% do que é consumido no planeta. Já os EUA detêm 2,1% das reservas, mas produz 12%. O Brasil conta com a segunda maior reserva, 23% das reservas mundiais, mas produz menos de 0,1%. Além de Goiás, o Serviço Geológico do Brasil especula que doze outros estados têm alto potencial de produção.

CHAVE PARA O FUTURO

O imperialismo estadunidense está numa busca desenfreada pelas terras raras, pois sabe que quem dominar esse recurso abre grande vantagem sobre os competidores. Por isso, ao mesmo tempo em que avança sobre o Brasil, firma acordos com outros países da América Latina, como a Bolívia. Essa é uma das principais razões da nova “Doutrina Monroe” de Trump, a qual busca reforçar a subordinação da América Latina aos EUA.

DEBATE

China não é opção de desenvolvimento independente

Diante da ofensiva do imperialismo estadunidense, muitos setores da esquerda defendem um alinhamento alternativo à China. Argumentam que a China teria um caráter diferente dos EUA, em que seria possível um acordo justo, com transferência de tecnologia e desenvolvimento. Um “ganha-ganha”.

Esse argumento, porém, desconsidera que a China é também uma potência capitalista imperialista, ainda que em ascensão e muito abaixo dos EUA.

As relações que estabelece com outros países, no entanto, não diferem de outras potências: trata-se de explorar economicamente ao máximo, tanto recursos naturais quanto mão de obra barata.

Não existe um imperialismo do bem, e investimentos, no capitalismo, não garantem desenvolvimento. Ao contrário, servem para se apropriar de recursos naturais e das riquezas produzidas pelos trabalhadores.

Não há desenvolvimento possível ao se estar subordinado a qualquer país imperialista, seja EUA, China ou o decadente imperialismo europeu.

SOBERANIA

Romper com o imperialismo e expropriar os grandes monopólios para desenvolver o país

Uma reindustrialização de verdade do Brasil passa pelo domínio da produção dos minerais críticos. Para garantir os interesses do povo brasileiro, não podemos deixar isso na mão da burguesia brasileira, justamente porque ela é entreguista e subordinada ao imperialismo.

Por isso, é fundamental o controle estatal das terras raras, uma TerraBras, sob controle dos trabalhadores, que garanta a exploração dos elementos e seu uso para beneficiar o desenvolvimento do país, e não o lucro dos acionistas estrangeiros. Para isso, é necessário um grande aporte em pesquisa e ciência.

Isso é simplesmente impossível dentro dos projetos defendidos pelo governo Lula e a extrema direita. O governo vende setores do país aos EUA (os mais importantes), outros à China e até ao decadente imperialismo europeu (como no recente acordo Mercosul-União Europeia). Além disso, um investimento massivo em pesquisa e tecnologia não cabe no arcabouço fiscal de Lula, que mantém as universidades na penúria. O desenvolvimentismo defendido pelo PT, ao manter intacta a dominação das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais, não passa da segunda linha. E acaba ajudando Trump e a ultradireita.

Já a extrema direita não esconde que seu projeto é se vender completamente a Trump, sujeitando-se a ser marionete dos interesses dos EUA. Flávio Bolsonaro expressou isso muito bem a investidores estadunidenses, enquanto Caiado já começou a vender o país ainda no governo de Goiás.



Ronaldo Caiado e Jair Bolsonaro. Foto: Alan Santos/PR

UM PROJETO SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Para reindustrializar o Brasil é preciso romper com o imperialismo e o papel imposto ao Brasil de país

subordinado e fornecedor de matéria-prima e mão de obra barata. Isso não se resolve apenas com uma TerraBras estatal que sirva aos interesses de megainvestidores estrangeiros, como ocorre com a Petrobras.

Um projeto de desenvolvimento nacional real passa necessariamente pela expropriação dos grandes monopólios capitalistas, pela reestatização das empresas vendidas e estatização de empresas estratégicas, como a Avibras. Pressupõe ainda o fim do pagamento da dívida, o controle do sistema financeiro pelos trabalhadores e um programa dos trabalhadores que só é possível num projeto socialista e revolucionário.■

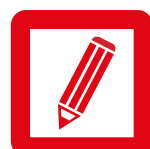


Sigma Lithium. Foto: Divulgação

GREVE HISTÓRICA

USP: Defender a educação pública e derrotar o projeto capitalista de Tarcísio e Lula

*Técnicos fazem greve em mais de 56 universidades federais!
E os estudantes?*



MANU SOUSA, DIRETOR DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA UEE-SP
MARIA CLARA, COORDENADORA DO DCE DA USP E DO CAELL



Com mais de 105 cursos paralisados e com a greve dos servidores, foi deflagrada greve estudantil no dia 5 de maio

A reitoria de Aluísio Segurado, capacho do governador de extrema direita de São Paulo, Tarcísio de Freitas, deu uma gratificação de R\$ 4.500 por dois anos para os professores de início de carreira e nada para técnicos-administrativos e estudantes. Diante dessa provocação, os técnicos responderam rápido, com um ato que contou com mais de 3 mil pessoas no dia 14 de abril, e na sequência deflagraram greve exigindo isonomia na bonificação.

Pouco mais de uma semana depois, os estudantes também entraram em greve pelas suas pautas. A reitoria ficou com medo e recuou, dando bonificação de R\$ 1.600 para todos os técnicos.

Ao ter que atender a pauta dos técnicos, Aluísio e Tarcísio pensaram que conseguiriam dividir a luta, mas fracassaram. Foram realizados novos atos unificados, e a luta segue independente do fim – vitorioso – da greve dos servidores.

Nossos aliados são os trabalhadores e, nessa luta, não podemos ter confiança em nenhuma reitoria, governo ou instituição burguesa. A unidade entre estudantes e trabalhadores é um grande patrimônio da greve da USP, um caminho a ser seguido nas federais e na UERJ, onde os técnicos já estão em greve.

ENTENDA

Mais de 130 cursos em greve

Da capital ao interior, a greve ganhou imensa adesão, porque a situação dos estudantes é gravíssima, em especial a permanência estudantil. Se liga nas reivindicações da greve:

MINUTA DOS ESPAÇOS ESTUDANTIS

A minuta da reitoria proibia os centros acadêmicos de alugarem espaços da faculdade para vendinhas e lanchonetes, na prática acabando com a principal fonte de financiamento das entidades estudantis, uma prática digna dos tempos da ditadura militar para desarticular o movimento estudantil.

PAPFE (BOLSA PERMANÊNCIA)

Hoje, 36% dos estudantes pobres que solicitam a bolsa permanência não a recebem. Para piorar, seu valor é de R\$ 850, que não chega nem perto de garantir aluguel, transporte e alimentação em São Paulo – muito menos perto da USP. Por isso, uma das principais pautas é o aumento da Papfe para o valor do salário mínimo paulista (R\$ 1.804).

BANDEJÃO

No cardápio: rato, barata, larva, pedra e até caco de vidro. Os restaurantes universitários são uma das principais políticas de permanência da universidade, mas quase todos foram entregues para empresas terceirizadas. A terceirização significa uma comida de qualidade horrível, superlotação, filas que ultrapassam uma hora e superexploração do trabalho das terceirizadas, que trabalham tanto quanto as concursadas, mas não têm direito sequer ao ônibus circular ou aos hospitais.

MORADIA

No Butantã, o Crusp está caindo aos pedaços. Os estudantes sofrem com a falta constante de água e energia, e quem chega agora na universidade tem que morar amontoado na associação de moradores por meses até conseguir uma vaga. No Direito e no quadrilátero da Saúde, EACH, e em diversos interiores, nem sequer há moradia estudantil. A reitoria apresenta um auxílio de R\$ 300 para os moradores do Crusp, o que não dá sequer para pagar o transporte do mês.

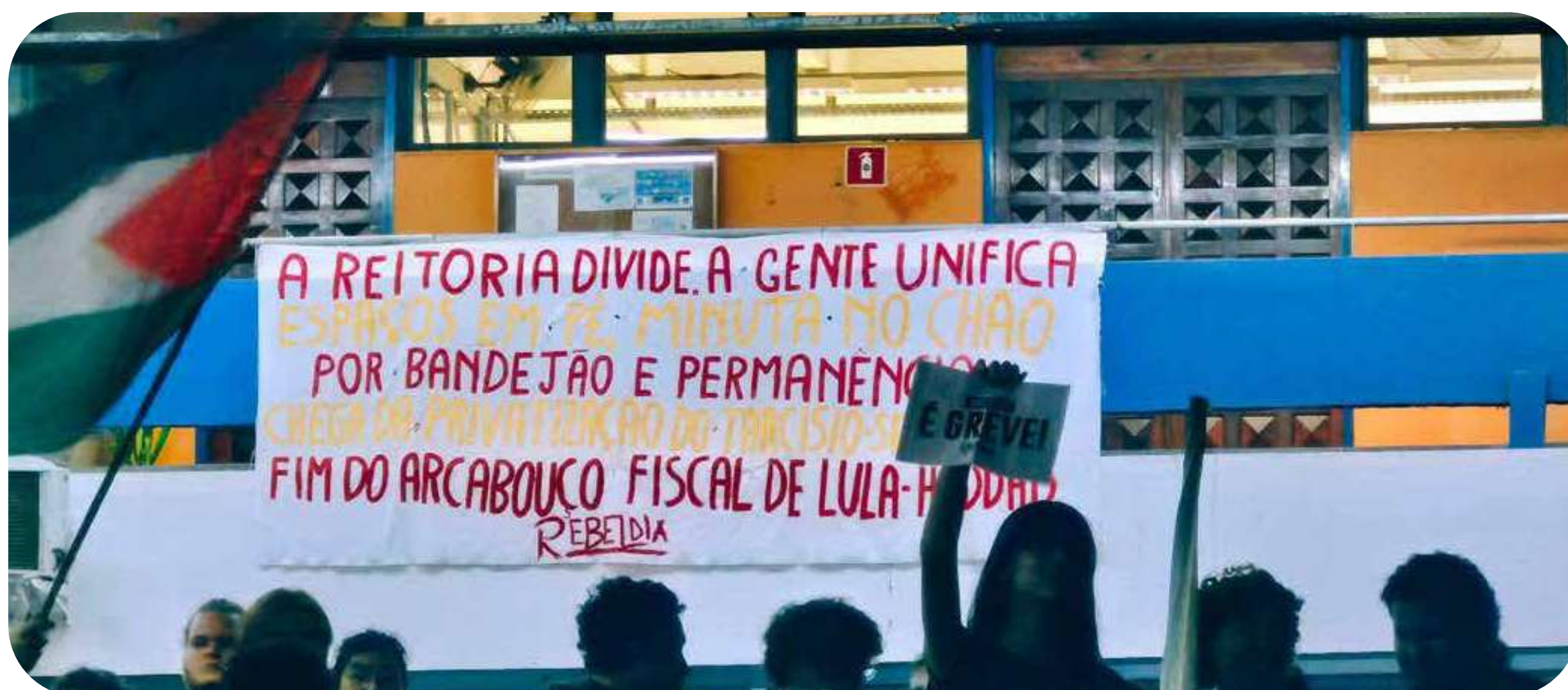
COTAS TRANS

O Brasil é o país do mundo que mais mata pessoas trans e travestis. Relegadas aos piores postos de trabalho ou à prostituição, o ensino superior não está na rota. O Grupo de Trabalho conquistado na greve de 2023 sobre cotas trans teve como conclusão, por parte da reitoria, que a USP não precisa de cotas. Por isso, defendemos a implementação de cotas trans já, pelo direito de acessar a universidade.

ÀS RUAS

Por uma greve unificada das estaduais paulistas para derrotar Tarcísio

O projeto do governador é privatizar tudo. Foi assim com a Enel, a CPTM e a Sabesp, e é o rumo da USP. Contraditoriamente, a USP tem dinheiro sobrando em caixa, mas não investe em permanência – enquanto cede a patente de nossas pesquisas para multinacionais e está de portas abertas para encher o bolso do setor privado. A lógica da reitoria e do governador é a mesma: garantir o lucro dos bilionários, expulsar os estudantes pobres da universidade pela falta de permanência e privatizar.



Por outro lado, a Unesp e a Unicamp sofrem com a falta de repasse de orçamento, e o Instituto de Artes da Unesp está ocupado. No dia 4 de maio, tivemos um dia de paralisação unificada das estaduais durante a negociação com os reitores e o governador. Agora, defendemos a construção de uma greve unificada das três estaduais que se junte aos professores do município e categorias em luta. Para isso, convocamos todos a ocuparem as ruas no próximo dia 20, na Marcha Estadual contra Tarcísio. ■



Com mais de 105 cursos paralisados e com a greve dos servidores, foi deflagrada greve estudantil no dia 5 de maio

6º CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS:

1.400 ativistas reafirmam independência e caráter combativo

 DA REDAÇÃO



Plenária do 6º Congresso da CSP-Conlutas. Foto: Maísa Mendes

Após três dias e meio de intensos debates, entre 18 e 21 de abril, o 6º Congresso da CSP-Conlutas terminou reafirmando seu caráter sindical, popular e de independência de classe. O evento reuniu cerca de 1.400 ativistas de todo o país entre delegados eleitos na base, observadores e convidados de diversas organizações da classe trabalhadora e dos setores populares.

Realizado no Clube Guapira, na Zona Oeste da cidade de São Paulo, o congresso marca a consolidação da central como uma alternativa de luta e independente diante das grandes centrais, como CUT e Força Sindical, atreladas aos governos ou aos patrões. Marca ainda a resiliência da entidade ao longo de já duas

décadas, enfrentando diversas e difíceis conjunturas sem nunca abrir mão da independência de classe.

CRESCIMENTO

Foram credenciados 1.026 delegados e 299 observadores de todas as regiões, pontuando um crescimento diante do último congresso, em 2023, que contou com 949 delegados. “Foram quase 1.400 ativistas do país inteiro, vindos do movimento sindical, popular, indígenas, quilombolas, movimentos de luta contra a opressão, que votaram um plano de lutas, com independência de classe”, afirmou Atnágoras Lopes, dirigente operário do PSTU e integrante do Bloco Classista Operário e Popular neste congresso. “Saímos daqui com um plano de lutas para enfrentar o governo Lula e manter ainda mais forte nosso combate implacável contra qualquer projeto da ultradireita”, relatou.

Para além do plano de lutas, a própria realização do congresso reafirmou o caráter independente da central. “Foi um esforço coletivo do país inteiro, com venda de rifas, campanhas financeiras, contribuições de sindicatos, o que possibilitou esse importante momento de fortalecimento da entidade que se mantém nesses vinte anos como alternativa de luta e independente para a classe trabalhadora”, definiu Atnágoras.

INTERNACIONALISMO

Um aspecto fundamental do congresso foi a reafirmação de seu caráter internacionalista, marca que a central também carrega nessas duas décadas de existência. “Tivemos a

presença de quarenta ativistas de mais de dez países e expressamos toda a nossa solidariedade à luta do povo ucraniano, do povo cubano, iraniano, sem nos confundirmos com a defesa dos seus governos, além de dizer em alto e bom som: Palestina livre, do rio ao mar”, relatou Atnágoras.

LUTA CONTRA AS OPRESSÕES

Outro destaque do 6º Congresso foi a luta contra as opressões, em especial contra o feminicídio e a violência machista num momento em que o Brasil sofre uma epidemia de ataques às mulheres. “Reafirmamos aqui nossa exigência para que o governo Lula invista de verdade em política de proteção e apoio às mulheres, além de punição a agressores.” A luta contra o racismo e a lgbtifobia também foi reafirmada.

“Saímos daqui mais fortalecidos para, a partir do 1º de Maio, irmos às ruas em defesa das reivindicações dos trabalhadores, com independência de classe, enfrentando tanto o governo Lula quanto a extrema direita”, resumiu Atnágoras.

RAIO X

Números do 6º Congresso da CSP-Conlutas

DELEGADOS E DELEGADAS: 1.026

OBSERVADORES: 299

DELEGAÇÃO INTERNACIONAL: 37 DE 19 PAÍSES

TOTAL (INCLUINDO EXPOSITORES E JORNALISTAS): 1.500

SINDICALISMO INDEPENDENTE, COMBATIVO E DE BASE

Seminário sindical fortalece luta anti-imperialista

Um dia após o congresso, a Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas (International Labour Solidarity), da qual a CSP-Conlutas faz parte e impulsiona, realizou um seminário sindical anti-imperialista no Hotel San Raphael, no centro da capital paulista.

“Aproveitamos a presença dessa representativa delegação internacional para debater um tema que, para nós, sempre foi fundamental”, explica Herbert Soares, representante da rede.



6º Congresso da CSP-Conlutas. Foto: Divulgação

O seminário contou com 50 ativistas do Brasil e 31 representantes de 12 países diferentes. Além dos debates e trocas de experiência entre

trabalhadores de diferentes países e continentes, o seminário contou com uma palestra de Gustavo Machado, do Ilaese, sobre a crise capitalista e a eclosão de uma nova ordem mundial diante das disputas interimperialistas e da concentração cada vez maior do capital nos monopólios capitalistas.

“A luta anti-imperialista sempre foi importante, mas ganhou um peso ainda maior recentemente, com os ataques dos EUA ao Irã, o ataque do Estado de Israel ao Líbano, o massacre palestino em Gaza, a invasão da Venezuela, o bloqueio a Cuba”, relatou. “É importante reforçar a luta anti-imperialista dentro do movimento sindical global, principalmente no interior da Rede, que busca fortalecer um sindicalismo independente, combativo e ligado à base, respeitando a democracia operária”, finalizou. ■



6º Congresso da CSP-Conlutas. Foto: Divulgação

NORDESTE

Quando a chuva revela a desigualdade social e escancara o abandono histórico

 ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO



Defesa Civil estadual confirma 6 mortes na Grande Recife por deslizamentos de terra. Foto: GovPE

As fortes chuvas que atingem Pernambuco e Paraíba desde 1º de maio deixam mortos, milhares de desabrigados e um rastro de destruição que, mais uma vez, evidencia uma realidade conhecida: no Brasil, desastres naturais têm endereço social.

Em Pernambuco, dados da Defesa Civil estadual confirmam seis mortes na Grande Recife, todas provocadas por deslizamentos de terra em áreas de encosta. Os casos se concentraram em bairros periféricos como Dois Unidos, na Zona Norte do Recife, e Passarinho, em Olinda;

territórios marcados pela ocupação precária, alta densidade populacional e ausência de infraestrutura urbana adequada.

Entre as vítimas, estão uma mulher de 24 anos e seu filho, soterrados dentro de casa em Dois Unidos, e uma mulher de 20 anos com um bebê de apenas seis meses, mortos em circunstâncias semelhantes em Passarinho. As demais mortes seguem o mesmo padrão: famílias atingidas dentro de suas próprias casas, em áreas historicamente negligenciadas pelo poder público.

O impacto das chuvas vai muito além das mortes. Em Pernambuco, mais de 2.190 pessoas foram obrigadas a deixar suas casas, sendo 1.096 desabrigadas e 1.094 desalojadas segundo a Defesa Civil. Na Paraíba, o governo estadual decretou estado de calamidade pública após chuvas que superaram médias históricas em municípios como Alhandra, Pilar e Mogeiro. Os dados oficiais apontam mais de 700 desabrigados, mais de 600 desalojados e cerca de 16 mil pessoas afetadas diretamente. Cidades como Ingá, Itabaiana e Salgado de São Félix enfrentam alagamentos, perdas materiais e o deslocamento de famílias inteiras.

NÃO É FATALIDADE: É POLÍTICA

Não se trata de desastre natural, mas de resultado de décadas de abandono. Há responsabilidade nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal –, que seguem priorizando respostas emergenciais enquanto ignoram as causas estruturais do problema. Alertas são emitidos, famílias são retiradas em

caráter temporário, mas, sem alternativa concreta de moradia, acabam retornando às mesmas áreas de risco. O ciclo se repete a cada nova temporada de chuvas.

FRENTE A ESSA TRISTE REALIDADE, PRECISAMOS DEFENDER MEDIDAS URGENTES, COMO:

plano emergencial com abrigos dignos, alimentação, assistência e auxílio financeiro às famílias atingidas;

política habitacional em larga escala, com reassentamento de moradores de áreas de risco;

utilização de imóveis e terrenos ociosos para habitação popular;

investimento massivo em drenagem urbana, contenção de encostas e saneamento;

urbanização das periferias e regularização fundiária.

LUTO

Raimundo Pereira (1940-2026): uma homenagem à referência da imprensa alternativa na luta contra a ditadura



DA REDAÇÃO

Perdemos, no dia 2 de maio, um grande jornalista que traçou sua trajetória na luta contra a ditadura militar e se tornou referência do que ficou conhecido como imprensa alternativa.

Nascido no interior de Pernambuco, na cidade de Exu, Raimundo começou sua carreira ainda muito jovem na revista Realidade e, mais tarde, no jornal O Estado de S.Paulo, passando ainda pela fundação da revista Veja (bem antes de esta se transformar no folhetim da direita que é hoje). Estudante do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), foi expulso e preso pelo Dops, onde permaneceu dois meses no cárcere.



Raimundo Pereira. Foto: Reprodução

Foi nos anos 1970, porém, que Raimundo se destacou em seu trabalho no jornal Opinião, marcando o que viria a ser conhecido como imprensa alternativa. Após romper com o dono da publicação, o empresário Fernando Gasparian fundou, em 1975, o jornal Movimento. A publicação foi uma das principais vozes contra as arbitrariedades da ditadura militar. Expressou,

ainda, o processo de lutas que ascendia no ABC paulista, com as históricas greves operárias fundamentais para a derrocada do regime de terror e autoritarismo.

Enfrentou censura e perseguição pelo regime militar, mas, de forma heroica, sobreviveu entre 1975 e 1981. Acabou vítima dos mesmos ataques terroristas da extrema direita que atingiram o Versus (ameaças, atentados a bomba em bancas de jornal, perseguições burocráticas), publicação antecessora do Jornal da Convergência Socialista, corrente que daria origem ao PSTU.

Com a queda da ditadura, lançou-se a projetos que visavam interpretar o país e a realidade, destoando da superficialidade que tomou conta das publicações da grande imprensa, com reportagens marcadas pelo rigor da apuração e profundidade. Esse foi o espírito de Retratos do Brasil, nos anos 1980, e, mais recentemente, a revista Reportagem (pela editora Manifesto).

Recebeu, em 2013, o prêmio Especial Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. Deixa um legado e uma trajetória saudada e homenageada pelo PSTU e pela redação do Opinião Socialista. ■

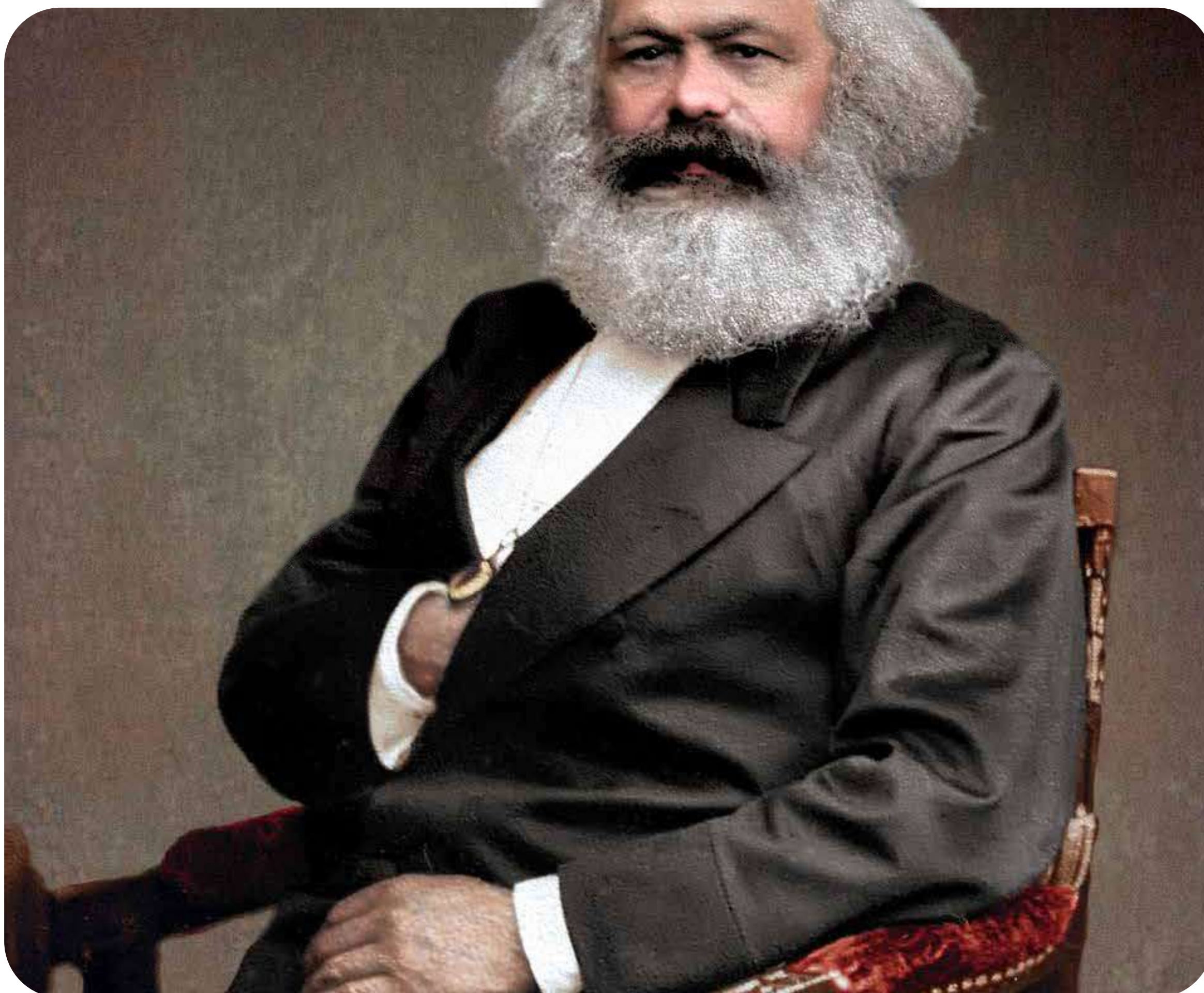
Raimundo Pereira transformou coragem em palavra e fez da imprensa alternativa uma trincheira contra a ditadura.

TEORIA

Uma data para celebrar: 208 anos do nascimento de Karl Marx



ANA GODOI,
DO CANAL MARX POR ELA



Karl Marx. Foto: Divulgação

Tréveris, Alemanha, 5 de maio de 1818. Nesse local e nessa data nascia Karl Marx. Duzentos e oito anos nos separam desse momento, mas temos muito a lembrar e principalmente celebrar.

Nos dias de hoje, muito se fala sobre a distância que nos separa do século XIX e como o pensamento de Marx já não diz respeito ao que vivemos e à dinâmica de nossa sociedade. Novas teorias ocupam o lugar do marxismo nas explicações sociais, reafirmando que no século XXI não há espaço para conceitos antiquados

como luta de classes, sujeito histórico, proletariado ou mesmo para a ideia de uma saída revolucionária para os problemas que vivemos.

Parece razoável pensar assim. Afinal, naquele momento, o mundo via o surgimento da máquina a vapor enquanto hoje debatemos se IA é inteligência ou não. Nesse percurso de dois séculos, o desenvolvimento social foi impressionante. Mas será mesmo que conformamos uma nova sociedade e, com isso, o que Marx elaborou já não serve mais, levando-nos à necessidade de elaborar O Capital do século XXI? Acreditamos que não.

Tecnicamente avançamos muito, possibilitando ganhos sociais inimagináveis. Hoje conversamos com qualquer pessoa em qualquer parte do mundo em tempo real. Lemos notícias diárias sobre a disputa robótica entre China e EUA, além da guerra dos chips. Sendo assim, como podemos comparar momentos tão distintos no tempo ou mesmo usufruir de elaborações que se assentavam em uma sociedade que via o tear mecânico como o mais avançado e na qual trabalhadores sobreviviam com três batatas diárias?

A PERGUNTA QUE DEVEMOS RESPONDER

O que nos interessa não é a mera comparação entre os séculos XIX e XXI. Houve mudanças gigantescas. Porém a pergunta não é sobre o desenvolvimento técnico, mas sobre quais relações entre os seres humanos os avanços técnicos se desenvolveram. Sob todo esse desenvolvimento técnico existem relações entre indivíduos que sustentam o processo de avanço

social. São essas relações que mais interessam em nossa discussão. Isso porque a forma como elas se estabelecem são as mesmas desde o século XIX.

As relações entre os seres humanos dão a forma da sociedade em que vivemos. O fato de essas relações, no capitalismo, estarem ocultas de nossa visão deixam as coisas mais turvas e, por isso a teoria de Marx ainda é uma ferramenta poderosíssima. Ele desnudou, no século XIX, exatamente essa dinâmica da sociedade capitalista: de um lado, temos uma massa de pessoas que se sustentam e sobrevivem com a renda de seu trabalho, ou seja, recebem salário pelo trabalho realizado. Esse trabalho é o produtor de toda a riqueza social. De outro, temos grandes proprietários que concentram em suas mãos as grandes fábricas – como produtores de petróleo e automóveis – ou a indústria de base – como siderurgias e metalurgias – e se apropriam da riqueza produzida por serem seus donos.

Toda a dinâmica do mercado, como títulos da dívida e sistema financeiro, nada mais é do que a redistribuição da riqueza produzida em uma ponta da cadeia aos agentes proprietários de outra. Sim, Marx também investigou o sistema financeiro e nos deixou fundamentos importantes sobre seu funcionamento.

Assim, a forma como nos relacionamos está mediada por este lugar distinto que ocupamos dentro das relações constitutivas da sociedade.

A TAREFA NÚMERO UM

Explicar por que acabamos nos organizando socialmente dessa forma e quais suas consequências é a mais importante das tarefas, pois desnuda o funcionamento de toda nossa sociedade. Por isso temos certeza de que Marx ainda é um dos autores mais relevantes, já que sua obra se assenta no desdobramento dessa questão. E mais. Ao desnudar as bases constitutivas de nossa sociedade, ao trazer à tona essas relações ocultas e explicar sua natureza, pode também revelar como podemos superar tamanha desigualdade, consequência de lugares tão distintos que ocupamos no mundo capitalista.

Afinal, se as sociedades humanas se constituem por relações entre pessoas, se essas mudam no tempo e em nossa sociedade, elas têm características específicas. Então, precisamos de novas relações sociais para construir um mundo diferente, sem as malezas do mundo em que vivemos. Só uma revolução pode construir novas relações entre indivíduos e, com isso, uma nova sociedade.

Portanto, a revolução não aparece em seu pensamento como um desejo vindo de suas inquietações pessoais. Ela emerge como conclusão da análise do movimento da própria sociedade, das próprias relações que produzimos e reproduzimos todos os dias.

Aprendemos com ele não apenas que a revolução é a única saída para os males de nossa sociedade, mas que ela é a única esperança de dias melhores e de um futuro

digno para a humanidade. Por isso, brindemos ao senhor Marx! ■

O que nos interessa não é a comparação entre os séculos XIX e XXI. Queremos mostrar que, se fizermos a pergunta certa, o que está oculto nessa análise vem à tona, e é esse segredo revelado por Marx há dois séculos que nos interessa

Inscreva-se no Canal: Marx por ela
Siga **@marxporela** no Instagram

CLIQUE AQUI



Monumento a Marx e Engels em Berlim

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Pré-campanha de Hertz Dias ganha força e percorre o país

Agenda em São Paulo e Rio de Janeiro amplia diálogo em defesa de um programa socialista para o Brasil

 **ROBERTO AGUIAR,**
DA REDAÇÃO



Pré-Campanha à presidência no Rio de Janeiro. Foto: Elias Dias

A pré-campanha de Hertz Dias à presidência da República pelo PSTU segue avançando pelo país e ampliando o diálogo com trabalhadores, juventude e movimentos sociais sobre a necessidade de uma alternativa socialista para o Brasil.

Nas últimas semanas, a agenda do pré-candidato passou por São Paulo e Rio de Janeiro, fortalecendo a construção de um programa de luta da classe trabalhadora diante da crise social, econômica e política vivida pelo país.

DEBATE POLÍTICO

Em São Paulo, Hertz participou do 6º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, importante espaço de debate e organização das lutas da classe trabalhadora brasileira. Ele foi um dos debatedores do painel que discutiu a necessidade de um programa de luta para os trabalhadores nos dias de hoje, abordando temas como desemprego, precarização do trabalho, ataques aos direitos sociais e a necessidade de independência política da classe trabalhadora.

Hertz defendeu a construção de uma alternativa socialista e independente: “O Brasil precisa de um projeto construído pela classe trabalhadora, que enfrente os privilégios dos banqueiros, das grandes empresas e do agronegócio. Não existe saída para o povo pobre dentro da lógica do capitalismo, que concentra riqueza para poucos e miséria para milhões”, afirmou.

Durante o congresso, foi distribuída aos participantes a versão impressa do manifesto “Por uma alternativa para romper as engrenagens do sistema capitalista”, documento político da pré-campanha que apresenta propostas e eixos programáticos em defesa de uma saída socialista para o país.

ESPAÇO DE INTERAÇÃO E ENTREVISTAS

O PSTU e o jornal Opinião Socialista organizaram um espaço no evento para interagir com os participantes. Trabalhadores, jovens e ativistas puderam conversar com Hertz ali, gravar vídeos, tirar fotos e debater os desafios políticos do país. O espaço chamou bastante atenção e

permaneceu movimentado, demonstrando o interesse crescente em torno da pré-campanha. Nos dias seguintes ao congresso, a agenda em São Paulo continuou intensa. Hertz concedeu entrevista ao jornal Folha de S.Paulo e ao canal Opera Mundi, com o jornalista Breno Altman.

Ainda na capital paulista, Hertz participou do ato público do 1º de Maio, Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora, reforçando a defesa da unidade das lutas contra os ataques aos direitos trabalhistas, o arrocho salarial e as reformas que penalizam os trabalhadores.

RIO DE JANEIRO

Pré-campanha avança pelo Rio

Entre os dias 2 e 5 de maio, a pré-campanha seguiu para o Rio de Janeiro, dando continuidade às atividades políticas e ao diálogo com diferentes setores da classe trabalhadora e da juventude.

Nas proximidades do Parque Madureira, situado entre os bairros de Madureira e Guadalupe, na Zona Norte da capital fluminense, o forte calor já marcava a manhã de sábado, 2 de maio, quando Hertz chegou para distribuir o manifesto “Por uma alternativa para romper as engrenagens do sistema capitalista”. Ao lado de Cyro Garcia, pré-candidato a governador, e apoiadores, conversou com a população e foi reconhecido por muitas pessoas.

Após a primeira panfletagem, Hertz e a militância seguiram para a entrada principal do Madureira

Shopping, onde continuaram a distribuição do manifesto e realizaram uma agitação. A agenda prosseguiu na sede do Grupo Afro Agbara Dudu, em Oswaldo Cruz, para uma atividade sobre reparação histórica organizada pelo movimento negro.

VISITAS ÀS OCUPAÇÕES E APOIO ÀS LUTAS OPERÁRIAS

No domingo, 3, Hertz esteve em Volta Redonda para visitar a Ocupação Reflexo do Amanhã, organizada pelo movimento Luta Popular. Lá conversou com famílias que lutam pelo direito à moradia e enfrentam ameaça de despejo.

Na segunda-feira, 4, participou de atividades com petroleiros no Terminal Aquaviário da Baía da Guanabara e no edifício-sede da Petrobras. Depois, seguiu para Niterói, onde prestou solidariedade aos grevistas da Universidade Federal Fluminense e participou de uma atividade pelo fim da escala 6x1.

ENCERRAMENTO

Na terça-feira, 5, último dia da agenda no Rio de Janeiro, Hertz participou de atividades no Cenpes e da assembleia dos professores estaduais, onde manifestou apoio às lutas por recomposição salarial, respeito à Lei do Piso e melhores condições de trabalho para os educadores.

“Sou professor de História tanto do Estado do Maranhão quanto do Município de São Luís, e a pauta de vocês é muito parecida com a dos educadores de todo o Brasil”, afirmou.

À noite, Hertz participou do Partisan/Pavunão da Lapa, atividade em defesa do povo palestino e contra os ataques promovidos pelo imperialismo e pelo Estado de Israel contra Gaza. ■



Foto: Elias Dias

AGENDA

Junte-se a nós

Acompanhe a agenda da pré-campanha.

📅 8 de maio
São Luís (MA)

📅 13 de maio
Juiz de Fora (MG)

📅 14 de maio
São João del Rei (MG)

📅 15 de maio
Congonhas (MG)

📅 16 de maio
Belo Horizonte (MG)